

Receita Estadual combate sonegação fiscal em shoppings de BH e identifica empresas irregulares

Qui 25 setembro

Nesta quinta-feira (25/9), equipes da Receita Estadual da [Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais \(SEF/MG\)](#) fizeram diligências em cinco shoppings centers de Belo Horizonte para verificar a regularidade cadastral, a emissão de notas fiscais e o uso das maquininhas de cartão.

A operação “Shop Concierge” investiga, por meio do cruzamento eletrônico de dados, mais de 1.300 empresas com endereço em shoppings e cadastro ativo SEF. Dessas, cerca de 10% apresentam indícios de encerramento irregular das atividades no local.

Além dessas com indícios de encerramento irregular, o sistema de ciência de dados e análise comportamental de contribuintes da Receita Estadual identificou 21 empresas com indícios de omissão de receita, falta de emissão de Nota Fiscal de Consumidor eletrônica (NFC-e) e uso irregular de máquinas de cartão de crédito POS (Points of Sale ou terminais de venda) em nome de terceiros.

Após a diligência, as administrações dos shoppings foram intimadas a disponibilizar os dados de empresas registradas, com início e fim de atividade, com o objetivo de confrontar com as informações cadastrais da SEF.

“Nosso objetivo é garantir que todos cumpram a legislação e que a concorrência seja leal. A sonegação não prejudica apenas o Estado, mas também os empresários que atuam corretamente. O objetivo da Receita Estadual é programar novas ações nos grandes corredores de varejo em Belo Horizonte”, afirmou o delegado fiscal e coordenador da operação Antônio Osmar Alves.

Sobre a operação

O nome da operação faz referência ao concierge dos grandes centros de compras, o profissional que acompanha o cliente em cada detalhe. De modo semelhante, a Receita Estadual reforça a própria presença no varejo de grande fluxo, monitorando de perto práticas que tentam burlar o controle tributário.

A “Shop Concierge” foi conduzida pela Superintendência Regional da Receita Estadual em Belo Horizonte, por intermédio das próprias Delegacias Fiscais, em articulação com a Superintendência de Fiscalização (SUFIS) e o Núcleo de Atividades Fiscais Estratégicas (NAFE).

A operação também se conecta à [Nota Fiscal Mineira](#), programa que incentiva a exigência do documento pelo consumidor.

“O cidadão precisa entender que pedir a nota é um ato de cidadania. O imposto arrecadado retorna em serviços públicos essenciais, como saúde, educação e segurança”, disse a superintendente regional da Fazenda em Belo Horizonte, Mariana Moreira.